

# Unidade de Verificação de Factos do PIB da Índia — Um Poder Governamental de Remoção de Conteúdos Declarado Inconstitucional

AI in the Public Sector · Boa prática · Índia

Avaliação C-NAPSE pendente

Força da evidência: Descritivo / autorreportado

## Sumário

Uma alteração de 2023 às Regras de TI permitia a uma Unidade de Verificação de Factos ordenar a remoção de conteúdos considerados 'falsos ou enganosos'. Contestada por jornalistas e um comediante, foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Superior de Bombaim em 2024.

## Dimensões-chave

| Dimensão                                   | Pontuação |
|--------------------------------------------|-----------|
| Evidence of impact / measured public value | 0/3       |
| Transparency, fairness & accountability    | 0/3       |
| Transferability / demonstrated replication | 0/3       |
| Scalability beyond pilot                   | 0/3       |
| Governance, capability & sustainability    | 0/3       |

Avaliado por C-NAPSE

## Fontes de dados

C-NAPSE web research — acedido a 2026-08-16

Press Information Bureau (Ministry of Information & Broadcasting) — acedido a 2026-08-16

TechPolicy.Press: Sanity Prevails as Bombay HC Strikes Down FCU — acedido a 2026-08-16

Lexology: Bombay High Court Tie-Breaker Judgment — acedido a 2026-08-16

Deccan Herald: Bombay HC strikes down amended IT rules — acedido a 2026-08-16

Citar — Evidoria. *Unidade de Verificação de Factos do PIB da Índia — Um Poder Governamental de Remoção de Conteúdos Declarado Inconstitucional*. ID persistente: 60307c74-8dca-427f-b09a-53ed8a505824.